

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrainer*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3318-2160** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3771/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2298/2019-PGJ, de 1º.7.2019, na parte que indeferiu férias à Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Marigô Regina Bittar Bezerra	2018/2019	30	1º a 30.10.2019

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Marigô Regina Bittar Bezerra	2018/2019	30	19.10 a 17.11.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3758/2019-PGJ, DE 8.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Promover, por antiguidade, 1º Promotor de Justiça de Bataguassu, Wilson Canci Junior, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 51ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Entrância Especial, símbolo MP-24, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo PGJ/10/3437/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3759/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 13 a 20.3.2019, a serem usufruídos nos dias 14 e 15.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3760/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 19.11.2016, a ser usufruído no dia 9.10.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3761/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 3 e 4.3.2018, e no período de 28.4 a 1º.5.2018, a serem usufruídos no período de 14 a 18.10.2019 e no dia 14.11.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3763/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3624/2019-PGJ, de 30.9.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
10 a 13.10.2019	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
10 a 13.10.2019	PJ de Aneurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	98666-7689

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3764/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 33ª Zona Eleitoral, no período de 14 a 18.10.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3765/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 3.10.2019, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos do inciso VI do artigo 139, e do artigo 154, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017; e suspender, a partir da referida data, as férias concedidas por meio da Portaria nº 2831/2019-PGJ, de 7.8.2019, que serão usufruídas ao término da referida licença, nos dias 23 e 24.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3766/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 27 e 28.2, 6, 7, 27 e 28.5.2017, a serem usufruídos nos dias 5 e 6.12.2019 e no período de 16 a 19.12.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015; e tornar sem efeito a Portaria nº 3743/2019-PGJ, de 7.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3767/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Glória de Dourados, Andréa de Souza Resende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul, no período de 3 a 22.10.2019, em razão de licença-paternidade, e nos dias 23 e 24.10.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco; e revogar, a partir do dia 3.10.2019, a Portaria nº 3366/2019-PGJ, de 12.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3768/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 4ª Zona Eleitoral, em razão de ausência do titular, Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, conforme o quadro a seguir; e revogar, a partir de 3.10.2019, a Portaria nº 3090/2019-PGJ, de 19.9.2019, alterada pela Portaria nº 3480/2019-PGJ, de 19.9.2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO
Andréa de Souza Resende	9, 14 e 15.10.2019	Licença-paternidade
Luiz Gustavo Camacho Terçariol	3 a 8.10.2019	
	10 a 13.10.2019	
	16 a 22.10.2019	
	23 e 24.10.2019	Férias

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3769/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 7º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Eduardo FonticIELha De Rose, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 9.10.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3770/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 19.9.2019, a Portaria nº 1739/2019-PGJ, de 21.5.2019, que designou o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston para coadjuvar na Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3772/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Anastácio, no dia 14.10.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual do Promotor de Justiça João Meneghini Girelli.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3773/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral, no dia 14.10.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual do Promotor de Justiça João Meneghini Girelli.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3775/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3521/2019-PGJ, de 25.9.2019, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral membros do Ministério Público Estadual para atuarem perante Zonas Eleitorais, de forma que, onde consta:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
6ª	Wilson Canci Junior	14 e 25.10.2019	Compensação	Edival Goulart Quirino
		15 a 24.10.2019	Férias	

Passe a constar:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
6ª	Allan Thiago Barbosa Arakaki	14 e 25.10.2019	Compensação	Edival Goulart Quirino
		15 a 24.10.2019	Férias	

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3774/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares à Promotora de Justiça abaixo nominada, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Lenize Martins Lunardi Pedreira	2018/2019	10	2 a 11.12.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3776/2019-PGJ, DE 9.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça da comarca de Ivinhema, Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu, no período de 14 a 25.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005192 DE 08.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3957/2019**

Credor: VITÓRIA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 3/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 3/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de água mineral (galão com 20 litros), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.425,00 (um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005192 de 08.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005214 DE 08.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3838/2019**

Credor: W3 INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 32/2019 – UFPA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 47/2018 – UFPA.**

Objeto: Aquisição de mobiliários em geral, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 69.240,00 (sessenta e nove mil, duzentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005214 de 08.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E OSEL**

Processo nº PGJ/10/3380/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ – OSEL**, representado por seu Diretor-Presidente, **Sebastião Lacarra Medina**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (*lato sensu ou stricto sensu*) oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência: 05.09.2019 até 05.09.2021.

Data da assinatura: 5 de setembro de 2019.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/2450/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ROSENDO CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Vanilda Rosendo da Silva**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 8/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção civil, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Caixa de passagem de concreto pré-moldada armada com tela metálica, com fundo e tampa, para passagem de condutos hidráulicos. Dimensões cúbicas de 30 cm X 30 cm X 30 cm com espessura de 2,5 cm, capacidade de 22,5 litros, apresentando quatro aberturas circulares contrapostas com diâmetro de 4,0" (10,16 cm) localizadas no centro das faces laterais. Marca: RC-Artefatos de Concreto.	Unidade	50	69,00
16	Disco de corte com 2 telas, reforçado, de corte fino, para corte de barras, tubos, chapas metálicas, aço carbono e inox. Diâmetro externo de 4.1/2" (115 mm); diâmetro do furo interno de 7/8" (22,23mm); espessura do disco de corte de 1/16" (1,6 mm); grão: G 38; rotação máxima de 13370 rpm. Em conformidade com a norma ABNT NBR 15230. Marcas de Referência: Icapar, Vonder, Norton e Carborundum. Marca: Vonder.	Unidade	50	3,80
17	Disco de corte com 2 telas, reforçado, de corte fino, para corte de barras, tubos, chapas metálicas, aço carbono e inox. Diâmetro externo de 4.1/2" (115 mm); diâmetro do furo interno de 7/8" (22,23mm); espessura do disco de corte de 3/64" (1,0 mm); grão: G 60; rotação máxima de 13370 rpm. Em conformidade com a norma ABNT NBR 15230. Marcas de Referência: Icapar, Vonder, Norton e Carborundum. Marca: Vonder.	Unidade	50	3,50
18	Disco de corte com 2 telas, reforçado, indicado para corte de aços e metais ferrosos. Diâmetro externo de 4.1/2" (115 mm); diâmetro do	Unidade	50	3,63

	furo interno de 7/8" (22,23mm); espessura do disco de corte de 1/8" (3,2 mm); grão: G 30; rotação máxima de 13370 rpm. Em conformidade a norma ABNT NBR 15230. Marcas de Referência: Icapar, Vonder, Norton e Carborundum. Marca: Vonder.			
19	Disco de corte com 2 telas, reforçado, indicado para corte de mármore, granitos, refratários, ferro fundido cinzento, concreto e metais não ferrosos em geral. Diâmetro externo de 4.1/2" (115 mm); diâmetro do furo interno de 7/8" (22,23mm); espessura do disco de corte de 1/8" (3,2 mm); grão: G 24; rotação máxima de 13370 rpm. Atendendo a norma ABNT NBR 15230. Marcas de Referência: Icapar, Vonder, Norton e Carborundum. Marca: Vonder.	Unidade	50	12,00
25	Espaçador plástico fabricado em polipropileno, formato de cruz, espessura de 3 mm; largura entre 20 mm e 28 mm. Aplicação: espaçamento entre revestimentos (pisos e azulejos). Embalagem com 100 unidades. Marcas de referência Vonder, Cortag, Bumax. Marca: Vonder.	Unidade	5	3,20
26	Espaçador plástico fabricado em polipropileno, formato de cruz, espessura de 4 mm; largura entre 20 mm e 35 mm. Aplicação: espaçamento entre revestimentos (pisos e azulejos). Embalagem com 100 unidades. Marcas de referência Vonder, Cortag, Bumax. Marca: Vonder.	Unidade	5	3,20
28	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 100 micras. Embalagem rolo de 4 metros de largura X 100 m de comprimento. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
29	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 150 micras. Embalagem rolo de 4 metros de largura X 100 m de comprimento. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
32	Parafuso auto-atarraxante de fenda cruzada (Phillips) em aço, zincado, cabeça chata, corpo cônico parcialmente roscado, ponta agulha, diâmetro de 5,5 mm e comprimento de 65 mm. Marca: Não registrada.	Unidade	1000	Não registrado
33	Parafuso auto-atarraxante de fenda cruzada (Phillips) em aço, zincado, cabeça chata; corpo cônico parcialmente roscado, ponta agulha, diâmetro de 6,1 mm e comprimento de 75 mm. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
49	Parafuso sextavado autobrocante PB 12 - 1/4 - 14 X 2 3/8", fabricado em aço baixo carbono com tratamento cementado, temperado e revenido, com arruela de vedação em aço galvanizado e borracha vulcanizada. Parafuso com diâmetro da primeira rosca de 5,5 mm; diâmetro da segunda rosca de 6,3 mm (1/4"); comprimento: ≈ 60,33 mm (2 3/8"); número de fios por polegada: 14; cabeça sextavada para chave de 5/16"; ponta tipo broca: nº 4; capacidade de perfuração: entre 3,68 mm e 7,92 mm. Marca: Não registrada.	Unidade	1000	Não registrado
51	Prego com acabamento zincado, com cabeça, desenvolvido em aço baixo carbono resistente à corrosão. Dimensões de 12 JP X 12 LPP (1,80 X 27,6 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 1681 unidades. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
52	Prego com acabamento zincado, com cabeça, fabricado em aço baixo carbono resistente à corrosão. Dimensões de 22 JP X 42 LPP	Unidade	25	Não registrado

	(5,40 X 96,6 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 58 unidades. Marca: Não registrada.			
53	Prego galvanizado, com cabeça, fabricado em aço baixo carbono resistente à corrosão. Dimensões de 17 JP X 21 LPP (3,05 X 48,3 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 334 unidades. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
54	Prego polido, com cabeça, fabricado em aço baixo carbono. Dimensões de 24 JP 150512X 60 LPP (6,40 X 138,0 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 25 unidades. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
55	Protetor de vergalhão, fabricado em plástico, cor vermelha. Com capacidade de alojar vergalhões com bitolas até 1" (25,0 mm), sem necessidade de adaptador. Embalagem com 30 peças. Marca: Não registrada.	Unidade	5	Não registrado
58	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 12,5mm (1/2") e comprimento de 12m. Peso aproximado: ≈ 11,55 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
59	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 16,0mm (5/8") e comprimento de 12m. Peso aproximado: ≈ 18,94 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
60	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 20,0mm (3/4") e comprimento de 12m. Peso aproximado: ≈ 29,60 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
61	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 25,0mm (1") e comprimento de 12m. Peso aproximado: ≈ 47,16 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
62	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 32,0 mm (1.1/4") e comprimento de 12m. Peso aproximado: ≈ 75,80 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
63	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 6,3mm (1/4") e comprimento de 12m. Peso aproximado: ≈ 2,94 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
64	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 8,0mm (5/16") e comprimento de 12m. Peso	Unidade	25	Não registrado

	aproximado: $\approx$ 4,74 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.			
65	Vergalhão de aço CA-60 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 5,0mm (3/16") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx$ 1,88 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 03 de outubro de 2019.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/2450/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **S.A. DE JESUS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, representada por **Sergio Alves de Jesus**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 8/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção civil, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
21	Disco de desbaste com estrutura reforçada, para trabalhos contínuos. Indicado para desbastes de metais ferrosos com esmerilhadeiras angulares. Diâmetro externo de 4.1/2" (115 mm); diâmetro do furo interno de 7/8" (22,23mm); espessura do disco de desbaste de 3/16" (5,0 mm); rotação máxima de 13370 rpm. Em Conformidade a norma ABNT NBR 15230. Marcas de Referência: Icapar, Vonder, Norton e Carborundum. Marca: Carborundum.	Unidade	50	10,00
22	Disco de desbaste para trabalhos leves e intermitentes. Indicado para desbastes de metais ferrosos com esmerilhadeiras angulares. Diâmetro externo de 4.1/2" (115 mm); diâmetro do furo interno de 7/8" (22,23mm); espessura do disco de desbaste de 3/16" (5,0 mm); rotação máxima de 13370 rpm. Em conformidade a norma ABNT NBR 15230. Marcas de Referência: Icapar, Vonder, Norton e Carborundum. Marca: Carborundum.	Unidade	50	10,00
28	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 100 micras. Embalagem rolo de 4 metros de largura X 100 m de comprimento. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
29	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 150 micras. Embalagem rolo de 4 metros de largura X 100 m de comprimento. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado

32	Parafuso auto-atarraxante de fenda cruzada (Phillips) em aço, zincado, cabeça chata, corpo cônico parcialmente roscado, ponta agulha, diâmetro de 5,5 mm e comprimento de 65 mm. Marca: Não registrada.	Unidade	1000	Não registrado
33	Parafuso auto-atarraxante de fenda cruzada (Phillips) em aço, zincado, cabeça chata; corpo cônico parcialmente roscado, ponta agulha, diâmetro de 6,1 mm e comprimento de 75 mm. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
49	Parafuso sextavado autobrocante PB 12 - 1/4 - 14 X 2 3/8", fabricado em aço baixo carbono com tratamento cementado, temperado e revenido, com arruela de vedação em aço galvanizado e borracha vulcanizada. Parafuso com diâmetro da primeira rosca de 5,5 mm; diâmetro da segunda rosca de 6,3 mm (1/4"); comprimento: $\approx 60,33$ mm (2 3/8"); número de fios por polegada: 14; cabeça sextavada para chave de 5/16"; ponta tipo broca: n° 4; capacidade de perfuração: entre 3,68 mm e 7,92 mm. Marca: Não registrada.	Unidade	1000	Não registrado
51	Prego com acabamento zincado, com cabeça, desenvolvido em aço baixo carbono resistente à corrosão. Dimensões de 12 JP X 12 LPP (1,80 X 27,6 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 1681 unidades. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
52	Prego com acabamento zincado, com cabeça, fabricado em aço baixo carbono resistente à corrosão. Dimensões de 22 JP X 42 LPP (5,40 X 96,6 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 58 unidades. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
53	Prego galvanizado, com cabeça, fabricado em aço baixo carbono resistente à corrosão. Dimensões de 17 JP X 21 LPP (3,05 X 48,3 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 334 unidades. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
54	Prego polido, com cabeça, fabricado em aço baixo carbono. Dimensões de 24 JP 150512X 60 LPP (6,40 X 138,0 mm). Embalagem de 1 kg; quantidade aproximada de pregos por embalagem: 25 unidades. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
55	Protetor de vergalhão, fabricado em plástico, cor vermelha. Com capacidade de alojar vergalhões com bitolas até 1" (25,0 mm), sem necessidade de adaptador. Embalagem com 30 peças. Marca: Não registrada.	Unidade	5	Não registrado
58	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 12,5mm (1/2") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 11,55$ kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
59	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 16,0mm (5/8") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 18,94$ kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
60	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 20,0mm (3/4") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 29,60$ kg. Em conformidade com os requisitos	Unidade	10	Não registrado

	exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.			
61	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 25,0mm (1") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 47,16$ kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
62	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 32,0 mm (1.1/4") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 75,80$ kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
63	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 6,3mm (1/4") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 2,94$ kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
64	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 8,0mm (5/16") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 4,74$ kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
65	Vergalhão de aço CA-60 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 5,0mm (3/16") e comprimento de 12m. Peso aproximado: $\approx 1,88$ kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 03 de outubro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0040/2019/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00001327-0

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00001327-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar as irregularidades noticiadas no Relatório de Inspeção nº 15.255/2019, especialmente o descumprimento do disposto no art. 36 da Lei Municipal nº 042/2000, em decorrência da ausência de desconto da remuneração pelas faltas não justificadas ao trabalho de servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá.

Corumbá/MS, 03 de outubro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0041/2019/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00001357-0

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00001357-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na Secretaria de Educação de Corumbá, consistentes no descumprimento de carga horária por parte de servidores nominados na representação.

Corumbá/MS, 03 de outubro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0042/2019/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00001358-0

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00001358-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: G.A.F.S.I.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade consistente na inautenticidade do diploma apresentado pela servidora pública G. A. F. S. I. ao tomar posse em cargo público no Município de Corumbá-MS.

Corumbá/MS, 03 de outubro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**CAARAPÓ**

---

**EDITAL 0010/2019/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003524-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adriana Rolim Pereira Rocha.

Assunto: Fiscalizar o Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00000149-1.

Caarapó-MS, 09 de outubro de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**CHAPADÃO DO SUL**

---

**EDITAL 11/2019/1ª PJCS**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001402-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Luciano Domingos de Oliveira.

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes dos fatos investigados na sindicância nº 004/2019, instaurada pelo Município de Chapadão do Sul.

Chapadão do Sul/MS, 08 de outubro de 2019.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2019.00001231-5**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul – MS, informa que retificou o objeto e requerido do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001231-5, passando a constar como:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001231-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Carmen Beatriz Sperotto

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação das nascentes nº 14 e 15, localizadas na Fazenda Tonito, no município de Chapadão do Sul.

Chapadão do Sul-MS, 08 de outubro de 2019.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora

---

**NOVA ALVORADA DO SUL**

---

**EDITAL Nº 0022/2019/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Procedimento Preparatório abaixo relacionado:

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001134-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Cargos em comissão em desacordo com os parâmetros constitucionais, na Câmara Legislativa Municipal de Nova Alvorada do Sul-MS.

Nova Alvorada do Sul/MS, 30 de setembro de 2019.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL N° 006/2019/3ªPJ-SDN**

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://mpms.mp.br/ouvidoria/consultaprocedimento> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001443-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Sidrolândia e Terceiros a apurar.

Assunto: Apurar a regularidade das contratações temporárias firmadas pelo Município de Sidrolândia (MS), em detrimento dos candidatos aprovados em concurso público já homologado.

Sidrolândia/MS, 08 de outubro de 2019.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANASTÁCIO**

---

**EDITAL N. 0022/2019/PJ/ANC**

Número MP: 06.2019.00001408-0

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2019.00001408-0, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via Internet, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2019.00001408-0;

Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental/ CPE - 2º PEL/1ª CIA - Aquidauana;

Requerido: A Apurar

Assunto: apurar ocorrência de eventual dano ambiental na Fazenda Esperança.

Anastácio, 30 de setembro de 2019.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N. 0001/2019/PJ/ANC**

Procedimento Administrativo N. 09.2019.00002024-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Promotor de Justiça que ao final subscreve, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, ambos da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, b, e artigo 28, ambos da Lei Complementar Estadual N. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 1º da Lei Nacional N. 8.625/1993 e art. 1º da Lei Complementar Estadual N. 72/1994), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da

Constituição Federal; art. 25, IV, b, da Lei Nacional N. 8.625/1993 e art. 25, IV, b, da Lei Complementar Estadual N. 72/1994);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”<sup>1</sup> (grifamos);

CONSIDERANDO que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes (...) obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”, conforme artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, e artigo 25, *caput*, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO, que dentre os princípios constitucionalmente elencados está o da legalidade, segundo o qual “na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO o recebimento, nesta Promotoria de Justiça, do Ofício N. 108/2019 do Conselho Tutelar de Anastácio (Protocolo Número MP 02.2019.00028471-5), narrando que os conselheiros tutelares de Anastácio estão sem condições de desempenharem seu trabalho, à vista da ausência de sinal de *Internet* e telefonia fixa, falhas na manutenção dos móveis, eletroeletrônicos e automóvel, e precária vedação contra chuvas na sede daquela instituição;

CONSIDERANDO que, a partir do expediente mencionado, instaurou-se o Procedimento Administrativo em epígrafe, no bojo do qual foram realizadas diligências e acostados elementos que comprovam as seguintes ocorrências:

- I. Ausência de sinal de telefonia fixa na sede do Conselho Tutelar de Anastácio;
- II. Móveis majoritariamente antigos, cujo estado de conservação varia entre ruim e péssimo, sendo que chama atenção o péssimo estado do estofamento das cadeiras;
- III. Eletroeletrônicos majoritariamente antigos, cujo estado de conservação varia entre ruim e péssimo, sendo que chama atenção emenda realizada nos fios do ventilador da recepção, além de sobrecarga nas régua de linha existentes e a presença de três estabilizadores fora de uso;
- IV. Notável quantidade de aparelhos ligados a poucas tomadas, e fiação exposta;
- V. Marcas de infiltração em pelo menos dois pontos da laje do interior do prédio;
- VI. Caixas de descarga dos banheiros que não funcionam de maneira eficiente (uma das mesmas sequer funciona);
- VII. Vazamento na torneira da pia de um dos banheiros, e entupimento no ralo da mesma pia;
- VIII. Presença de diversas lâmpadas queimadas no prédio;
- IX. Marcas de infiltração na parede da varanda do prédio;
- X. Apodrecimento na calha que capta a água do telhado do prédio, por onde escorre a água que deveria ser captada e escoada;
- XI. Fezes de animais na varanda do fundo do prédio, sendo que não há animais residindo de forma permanente ali;
- XII. Crescimento de mato nas juntas do piso no corredor lateral externo ao prédio;
- XIII. Quintal nos fundos do prédio, sem calçamento, com presença de mato, material de construção, lixo e cacos de vidro;

CONSIDERANDO o teor da Lei Nacional N. 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, especialmente artigo 131 (*o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei*), que dá mostra da relevância dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO, quanto ao mesmo diploma legal, que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias fundamentais das crianças e adolescentes, devendo promover as medidas judiciais e extrajudiciais pertinentes (art. 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO que, nos termos do que dispõe o artigo 11, inciso V, da Lei Nacional N. 8.429/1992, “*constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação*

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

<sup>2</sup> MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

*ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições(...)*”;

CONSIDERANDO que, se comprovada a existência de irregularidades praticadas de forma intencional, os responsáveis sujeitar-se-ão às sanções da Lei de Improbidade Administrativa;

RESOLVE

RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Nildo Alves de Albres, Prefeito do Município de Anastácio, que:

*Promova a reestruturação das condições materiais necessárias para a boa atuação do Conselho Tutelar em Anastácio, proporcionando um local adequado tanto ao Conselheiros Tutelares, quanto à população que se utiliza desse relevantíssimo serviço público.*

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, bem como dos princípios da Legalidade, Moralidade e Eficiência Administrativas, conforme trata esta RECOMENDAÇÃO. Assim, o Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da decisão de acolher ou não a presente RECOMENDAÇÃO, sob pena de, em não sendo adotadas as providências recomendadas, serem levadas a efeito as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis, inclusive por ato de improbidade administrativa.

Determino ainda:

I. Expeça-se ofício ao destinatário desta RECOMENDAÇÃO, encaminhando cópia da mesma, requisitando resposta acerca do acatamento da recomendação, informando no prazo de 10 dias úteis, qual prazo entende necessário para cumprimento integral da reestruturação;

II. Encaminhe-se cópia desta RECOMENDAÇÃO ao Centro de Apoio Operacional respectivo, bem como ao próprio Conselho Tutelar de Anastácio, assim como à Câmara Municipal e ao CMDCA;

III. Promova-se a publicação desta RECOMENDAÇÃO no Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul;

IV. Findo o prazo para resposta, façam-se os autos conclusos, sendo que, caso ausente a resposta, tal ocorrência deverá ser certificada; ou, aportando resposta nesta Promotoria de Justiça, deverá ser juntada aos autos, que deverão ser imediatamente feitos conclusos.

Anastácio, 09 de outubro de 2019.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

#### BANDEIRANTES

#### EDITAL N. 0016/2019/PJ/BND

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000772-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito de Bandeirantes (Álvaro Urt)

Assunto: apurar possível violação ao Princípio da Impessoalidade pelo Prefeito do Município de Bandeirantes/MS.

Bandeirantes/MS, 26 de setembro de 2019

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

---

**ITAQUIRAÍ**

---

**EDITAL N° 0007/2019/PJ/ITQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001333-6, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001333-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Luciano Diniz e outros

Objeto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa descrita nos autos do Inquérito Policial n. 0001169-92.2019.8.12.0051.

Itaquiraí, 04 de outubro de 2019

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL N° 0022/2019/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00003523-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Hélio de Lima

Assunto: Acompanhar as atividades do EIA e RIMA da Fazenda Tereré, localizada neste município.

Porto Murtinho, 08 de outubro de 2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**SONORA**

---

**OFÍCIO 0442/2019/01PJ/SNR**

A 1º Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora/MS, com fundamento no art. 16, §2º, da Resolução n. 0014/2017/CPJ, torna pública a comunicação do declarante FRANCISCO FERNANDES acerca do arquivamento da notícia de fato 01.2019.00006363-7, conforme abaixo especificado:

“Através do presente, comunico Vossa Senhoria do arquivamento dos autos de Notícia de Fato n. 01.2019.00006363-7, registrada nesta Promotoria de Justiça, no bojo do qual o reclamante Francisco Fernandes relata não ter conseguido marcar passagem interestadual com carteira de idoso, para ciência e os devidos fins de direito, bem como científico da possibilidade de interposição de recurso, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, conforme o disposto no artigo 11, §1º, da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007.”

Sonora/MS, 08 de outubro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça